

## Motivo: Carta Aberta para os seguintes destinatários:

LNEC  
Partido Socialista  
EDP  
CP  
REFER

Em Setembro de 1887, quando El-Rei D. Luís I inaugurou solenemente a Linha do Tua em Mirandela, com certeza não lhe passou pela cabeça que 120 anos depois seria negada a um Duque de Bragança a viagem nesta mesma linha. Muito menos pensaria que tal negação seria fruto de uma questão logística incompreensível.

Ao visitar oficialmente o Nordeste Trasmontano nos passados dias 25 e 26 de Abril, D. Duarte não pôde viajar na Linha do Tua. Isto porque em Mirandela a automotora em que pretendia viajar estava já com a lotação esgotada. Apesar do maquinista ter pedido autorização para engatar uma automotora estacionada em Mirandela, para poder não só levar D. Duarte, como proporcionar maior conforto àqueles que tinham de viajar em pé, a resposta foi negativa.

Apesar de ter sido o factor que despoletou a realização desta carta aberta, este incidente não é o único que a justifica. Longe de ser isolada, a situação de se ter uma automotora completa e de ser negado o engate de uma segunda automotora para comportar mais passageiros e com maior conforto não é nova: dois dos casos mais caricatos passaram-se há pouco tempo, quando uma excursão inteira ficou apeada na estação do Tua, e alguns passageiros para poderem seguir no táxi que efectua o transbordo a partir do Tua, tiveram de viajar na mala do automóvel. É que, ao contrário do que muitos desconhecedores da Linha do Tua alvitram, existe muita procura, mesmo que em épocas mais ou menos definidas, o que vem obrigando muitos passageiros a viajarem desconfortavelmente, ou a não viajarem de todo.

Porém, o drama constante em que a Linha do Tua tem vivido desde há pelo menos vinte anos tem contornos bem mais vastos. A possibilidade da construção de uma barragem na foz do Tua, que muitos tratam como um dado adquirido mesmo antes da divulgação do Estudo de Impacte Ambiental, tem trazido a público o que há de pior em matéria de governação e ética. À parte as obras ilegais levadas a cabo pela EDP no Vale do Tua, o arrastar por prazos indefinidos da reabertura à exploração da Linha do Tua após um acidente é injustificável. A Linha do Tua tem 120 anos de história, e os seus primeiros 54km demoraram 2 anos a ser concluídos. Registou até hoje 2 acidentes mortais, e no espaço de um ano dois descarrilamentos. Na comunicação social a Linha do Tua já foi apelidada de perigosíssima, justificando-se por isso o seu encerramento. Se por cada vez que a Linha do Norte registasse um incidente destes, ou uma qualquer auto-estrada ou estrada acidentada, Portugal estaria então intransitável, tal o registo negro que muitas destas vias possuem. Questiona-se aqui veementemente se os engenheiros de hoje em dia são menos competentes que os de há 120 anos atrás, ou os meios actuais mais rudimentares, para que se esteja a atrasar *ad eternam* a garantia de segurança na operacionalidade da Linha do Tua. E o curioso no capítulo da perigosidade na Linha do Tua é que é tão válido cair uma rocha em cima da via, como em cima da barragem que aí pretendem construir. E, por muitos danos que uma rocha possa provocar na via, não se compara nunca à tragédia que a mesma poderá provocar ao embater na estrutura da barragem. O que está a atrasar desta forma as circulações sem transbordo, senão a exasperante lentidão do LNEC em avaliar no terreno os pontos potencialmente mais delicados?

É impressionante que da parte do Ministério do Ambiente não haja uma reacção contra a destruição de um ecossistema único; que venha garantir menos emissões de gases com efeito de estufa através de um método que pela eutrofização das águas provoca precisamente gases com efeito de estufa; que pretenda lutar contra a erosão

da costa ao impedir cada vez mais os inertes de cumprirem o seu papel regenerador ao retê-los antes de chegarem ao mar; que beneficie transportes mais poluentes em detrimento do transporte terrestre mais ecológico – o comboio; que promova mais produção de energia e não a sua poupança, num país altamente esbanjador.

É impressionante que do Ministério das Obras Públicas se justifique, pela primeira vez em 150 anos de Caminhos-de-Ferro em Portugal, a destruição de uma via-férrea em nome do *Interesse Público*.

É incompreensível porque a barragem do Tua teve tratamento especial, ao ser a primeira a avançar e ao ser a única onde à partida a EDP tem direito de preferência para a sua exploração.

É o momento de perguntar claramente a todas as entidades responsáveis em matéria, e envolvidas na esfera da Linha do Tua, do Vale do Tua, e da possível barragem do Tua: o quê e quem vai beneficiar com a construção de uma barragem no rio Tua? Quem tem aqui interesses, que lobbies, que accionistas, que governantes? A mentira que as barragens trazem desenvolvimento está mais que provada por todo o país, e no caso do Tua o que está em jogo não é mudar uma aldeia de lugar, mas sim afogar várias, destruir duas termas e áreas de cultivo de vinha da Região Demarcada do Douro, desfigurar parte do Douro Vinhateiro Património da Humanidade, e finalmente desfalcar um distrito da sua última ligação ferroviária, assegurada por uma jóia centenária da engenharia portuguesa. Portanto, e uma vez que o Povo Trasmontano só tem a perder, quem vem ganhar com tudo isto?

O garante da soberania da República, o Povo, tem na figura da Petição pela Linha do Tua Viva o seu chamamento à razão da Assembleia da República, petição essa que chegou ao estatuto de ser discutida nesta Casa. Em democracia, o povo tem voz nos destinos da nação; que não se levante a mão contra o Povo, nem contra a sua Memória.

Daniel Conde – [daniel.conde13@gmail.com](mailto:daniel.conde13@gmail.com)

Membro do MCLT – Movimento Cívico pela Linha do Tua